



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA

DANILO AUGUSTO DE SOUZA FERREIRA

**UMA REVISÃO HISTÓRICA DE LITERATURA SOBRE A PROIBIÇÃO
DO FUTEBOL FEMININO DURANTE O PERÍODO MILITAR E SEUS
IMPACTOS NA OFERTA DO FUTSAL NO AMBIENTE ESCOLAR**

MONOGRAFIA DE GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA

Ouro Preto

2025

DANILO AUGUSTO DE SOUZA FERREIRA

**UMA REVISÃO HISTÓRICA DE LITERATURA SOBRE A PROIBIÇÃO
DO FUTEBOL FEMININO DURANTE O PERÍODO MILITAR E SEUS
IMPACTOS NA OFERTA DO FUTSAL NO AMBIENTE ESCOLAR**

Monografia apresentada ao Curso de Educação Física da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciatura em Educação Física.

Orientador: Prof. Ms. Renato Lopes Moreira

Ouro Preto

2025

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

F383u Ferreira, Danilo Augusto de Souza.

Uma revisão histórica de literatura sobre a proibição do futebol feminino durante o período militar e seus impactos na oferta do futsal no ambiente escolar. [manuscrito] / Danilo Augusto de Souza Ferreira. - 2025.

46 f.: il.: , tab..

Orientador: Prof. Me. Renato Lopes Moreira.

Monografia (Licenciatura). Universidade Federal de Ouro Preto. Escola de Educação Física. Graduação em Educação Física .

I. Futebol feminino. 2. Futsal. 3. Ditadura Militar. 4. Educação Física. 5. Gênero e Esporte. 6. Esporte. I. Moreira, Renato Lopes. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 796.33

Bibliotecário(a) Responsável: Angela Maria Raimundo - SIAPE: 1.644.803



FOLHA DE APROVAÇÃO

Danilo Augusto de Souza Ferreira

Uma revisão histórica de literatura sobre a proibição do Futebol feminino durante o Período Militar e seus impactos na oferta do Futsal no ambiente escolar

Monografia apresentada ao Curso de Educação Física da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Licenciatura.

Aprovada em 18 de março de 2025.

Membros da banca

Prof. Ms. - Renato Lopes Moreira - Orientador(a) - Universidade Federal de Ouro Preto.
Profª. Drª. - Siomara Aparecida da Silva - Universidade Federal de Ouro Preto.
Profª. Msª. - Maria Teresa Sudário Rocha - Centro Universitário Antônio Carlos/Conselheiro Lafaiete (MG)

Renato Lopes Moreira, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 27/03/2025.



Documento assinado eletronicamente por **Renato Lopes Moreira, TECNICO EM EDUCACAO FISICA**, em 27/03/2025, às 11:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0884466** e o código CRC **7F3D5CB6**.

RESUMO

Este estudo apresenta uma revisão histórica sobre a proibição do futebol feminino no Brasil durante o período da ditadura militar (1964-1985) e seus impactos na oferta do futsal no ambiente escolar. A pesquisa aborda o contexto da repressão política e social que limitou a participação feminina no esporte, destacando as restrições impostas pelo Decreto-Lei nº 3.199/1941 e sua reafirmação pelo Conselho Nacional de Desportos em 1965. Além de analisar os efeitos da proibição, o estudo investiga como o futsal feminino tem se desenvolvido nas escolas brasileiras, enfrentando desafios estruturais e culturais. Os resultados indicam que, apesar dos avanços recentes na promoção da equidade de gênero no esporte, ainda há barreiras significativas para a inclusão do futsal feminino no currículo escolar. O estudo reforça a importância de políticas públicas e iniciativas educacionais para fomentar a participação feminina na modalidade, garantindo um ambiente esportivo mais inclusivo e acessível para todas.

Palavras-chave: Futebol feminino, Futsal, Ditadura Militar, Educação Física, Gênero e Esporte.

ABSTRACT

This study presents a historical review of the prohibition of women's soccer in Brazil during the military dictatorship period (1964-1985) and its impacts on the availability of futsal in schools. The research explores the political and social repression that restricted female participation in sports, emphasizing the restrictions imposed by Decree-Law No. 3.199/1941 and its reaffirmation by the National Sports Council in 1965. In addition to analyzing the effects of the prohibition, the study investigates how women's futsal has developed in Brazilian schools, facing structural and cultural challenges. The findings indicate that, despite recent advances in promoting gender equity in sports, significant barriers remain to the inclusion of women's futsal in school curricula. The study highlights the importance of public policies and educational initiatives to foster female participation in the sport, ensuring a more inclusive and accessible sports environment for all.

Keywords: Women's soccer, Futsal, Military Dictatorship, Physical Education, Gender and Sports.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Fluxograma de estudios seleccionados.....	13
---	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Resultados das bases de dados e seleção dos estudos	13
Tabela 2 – Artigos selecionados com seus respectivos autores, títulos e objetivos	14

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CBFS – Confederação Brasileira de Futebol de Salão

CFE - Conselho Federal de Educação

CND – Conselho Nacional de Desportos

CONMEBOL – Confederação Sul-Americana de Futebol

CPI – Comissão parlamentar de Inquérito

DEF – Divisão de Educação Física

FA – Football Association (Federação Inglesa de Futebol)

FIFA – Fédération Internationale de Football Association (Federação Internacional de Futebol)

IFAB – International Football Association Board

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC – Ministério da Educação

PATEF - Programa de Assistência Técnica e Financeira a Programas de Educação Física

PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais

PED – Política Nacional de Educação Física e Desportos

PIDIC - Programa de Intercâmbio e Difusão Cultural

PRODED - Programa de Desenvolvimento da Educação Física e Desportos

PUBMED – Public Medical Literature Database

SCIELO – Scientific Electronic Library Online

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	9
2. METODOLOGIA.....	11
2.1 Revisão histórica de literatura.....	11
2.2 Planejamento da Revisão histórica.....	11
3. RESULTADOS.....	14
4. DISCUSSÃO.....	18
4.1 Organização da discussão.....	18
4.2 Ditadura Militar No Brasil.....	18
4.3 A Educação Física No Brasil.....	20
4.3.1 A Educação Física escolar.....	21
4.3.2 Função do professor de Educação Física.....	24
4.3.3 Educação Física e Gênero.....	25
4.3.4 Educação Física e o ensino do Futebol e Futsal.....	26
4.4 História do Futebol e do Futsal feminino no Brasil.....	27
4.4.1 Momento de proibição.....	29
4.4.2 Momento atual e perspectivas futuras.....	30
5. RESULTADOS.....	33
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	37
7. REFERÊNCIAS.....	38

1. INTRODUÇÃO

O Futsal é uma das modalidades mais praticadas por homens e mulheres do Brasil, com um número aproximado de 12 milhões de praticantes (ESPORTE, 2015). Grande parte dessa prática se inicia nas escolas, sob a orientação de algum professor, e estende-se pela vida do praticante, seja como esporte formal ou informal. Martins et. al (2021) corrobora com esse dado quando traz um estudo onde mostra que 40% das jogadoras da seleção feminina que disputou a Copa do Mundo Feminina de 2011 iniciaram sua carreira jogando na escola. O início da prática do Futsal das mulheres na escola geralmente acontece pela falta de oportunidade e de espaço próprio para elas jogarem o Futsal ou mesmo o Futebol, sendo normal ver meninas começando a jogar somente nas aulas de Educação Física (BRASIL, 2015; MARTINS; MEDEIROS; REIS; CASTELLANI *et al.*, 2021).

A inclusão das meninas no Futsal escolar desempenha um papel fundamental na promoção da igualdade de gênero e na desconstrução de estereótipos que historicamente vinculam o esporte aos homens. Ao permitir a participação feminina, cria-se um ambiente esportivo mais inclusivo, no qual as alunas podem desenvolver suas habilidades e fortalecer sua autoconfiança. Além de superar barreiras, essa vivência contribui para o desenvolvimento físico e social das praticantes (FELIPE, 2020).

Do ponto de vista social, a prática do Futsal entre meninas proporciona diversos benefícios físicos e psicológicos, favorecendo a saúde geral e auxiliando na prevenção de doenças como obesidade e diabetes. Além disso, o esporte estimula o aprimoramento da coordenação motora, permitindo que as jogadoras melhorem aspectos técnicos, como passes, dribles e finalizações. Essas habilidades, quando bem desenvolvidas, podem gerar reflexos positivos em outras áreas da vida, incluindo o desempenho escolar e as atividades do dia a dia. No aspecto emocional, o Futsal também contribui para o fortalecimento da autoconfiança, uma vez que possibilita às atletas vivenciarem conquistas e superarem desafios dentro do esporte, promovendo um sentimento de realização pessoal (MARTINS; BACURAU; JARDIM; NETO *et al.*, 2016).

Apesar de todos os benefícios citados acima, nem sempre foi possível para as mulheres jogarem o Futsal, seja na escola ou em qualquer outro ambiente. Essa proibição aconteceu de 1941 a 1979, fruto do decreto-Lei nº 3.199 de 14 de abril de 1941, sancionado pelo então presidente Getúlio Vargas (BARROS, 2023; BRAUN, 2023; SÁ, 2021). Este decreto proibia as mulheres de praticar esportes que não fossem condizentes com a natureza feminina, práticas

que poderiam afetar a “delicadeza” e “feminilidade”. Apesar dessa proibição, as mulheres seguiram jogando de forma clandestina até que o CND (Conselho Nacional de Desportos), em 1965, citasse nominalmente o Futebol e o Futsal como alguns dos esportes proibidos para as mulheres (SÁ, 2021). Com a proibição oficializada, a prática feminina do Futebol e do Futsal foi prejudicada pela revogação do decreto-Lei em 1979. Somente a partir de 1983 o Futsal passou a ser regulamentado, começando a ter equipes organizadas, a ser ministrado como conteúdos em clubes, associações e escolas (BARROS, 2023).

Hoje, apesar do hiato de 40 anos do Futsal feminino, o Brasil é a melhor seleção do ranking da FIFA na modalidade, conquistando todos os títulos que disputou e vai sediar a Copa América em 2025 (CBFS, 2024; CONMEBOL, 2024; FIFA, 2024). Entretanto, em um diagnóstico feito pelo Governo Federal em 2023, foi constatado que o Futebol feminino ainda é predominante amador no país, com apenas 19,2% das atletas tendo contrato profissional. Se levarmos em conta que 88% das jogadoras de Futebol jogaram Futsal em algum momento de sua carreira (dados do mesmo diagnóstico) e que, das 23 jogadoras convocadas para a disputa da Copa do Mundo feminina de 2023, 11 jogaram Futsal (têm registro na CBFS) em sua formação na base, podemos supor que o quadro do Futsal seja parecido com o do Futebol (BRASIL, 2023; CHAVES, 2023). O Governo Federal assinou em 2023 o decreto nº 11.458/2023, que visa desenvolver o Futebol feminino profissional e amador no Brasil, ampliando os investimentos na formação não só de jogadoras, mas também de mulheres dirigentes, cedendo espaço para que as mulheres possam não só gerir, mas também decidir sobre a modalidade. Além desse plano de ações, o Brasil ainda conquistou o direito de ser sede da Copa do Mundo feminina de 2027 (BRASIL, 2023; CHAVES, 2023; LISBOA, 2023).

Pela relevância do Futsal no Brasil, é importante entender o contexto histórico da modalidade e suas perspectivas futuras, principalmente levando em conta os investimentos futuros que o Governo Federal pretende realizar. Por isso, a revisão histórica dos 43 anos de proibição da prática de Futebol/Futsal pelas mulheres, relacionada ao foco da Educação Física escolar nesses períodos, pode ajudar a entender qual o cenário futuro do Futsal feminino no Brasil e como as escolas podem assumir um papel preponderante nessa prática, de consolidação feminina dentro do ambiente escolar independente da proposta de prática (PEREIRA; ANTUNES, 2017).

2. METODOLOGIA

2.1 Revisão histórica de literatura

A revisão da literatura é o processo de pesquisar, analisar e descrever um corpo de conhecimento para encontrar respostas a questões específicas. Portanto, abrange todo o material relevante escrito sobre um tema específico encontrado em livros, artigos, registros históricos e trabalhos acadêmicos (DORSA, 2020).

Somente uma revisão historiográfica pode fornecer uma base sólida para questionar os estudos literários mais recentes. O sentido da historiografia literária pode variar conforme a intenção da pesquisa, porém, essa forma de revisão pode auxiliar na manutenção da linearidade e cronologia da pesquisa (RAMOS, 1982).

Para Luna (1997) a revisão de literatura do tipo histórica se concentra na busca de recuperar a evolução de um conceito, tema, abordagem ou outros aspectos fazendo a inserção dessa evolução dentro de um quadro teórico de referência que explique os fatores determinantes e as implicações das mudanças. Além disso, a seleção dos estudos e a interpretação das informações podem ser influenciadas pela subjetividade do autor (LUNA, 1997)

Artigos de revisão de literatura na pesquisa científica, foram e permanecem recursos de grande valor nos diferentes campos da ciência, tendo importante papel na consolidação do conhecimento e na organização das informações disponíveis. Segundo Moreira (2004), a revisão de literatura é essencial para fornecer uma base sólida para novos estudos e questionamentos, organizando de forma resumida os avanços de cada área (MOREIRA, 2004). Noronha e Ferreira (2000) abordam a relevância da temporalidade nas revisões, que possibilita aos pesquisadores um panorama atualizado do estado da arte de um tema (NORONHA; FERREIRA, 2000; VIDAL; FUKUSHIMA, 2021).

2.2 Planejamento da Revisão histórica

O material de revisão foi coletado a partir de uma busca nas seguintes bases de dados:

- (a) SCIELO;
- (b) Periódicos CAPES;
- (c) PubMed; e
- (d) Google Acadêmico.

no período de março a outubro de 2024. A busca era por artigos científicos, trabalhos acadêmicos, livros e revistas, dentro da temática deste estudo.

Para a seleção dos materiais, foram utilizados os seguintes termos:

- (a) *"Futebol feminino"*;
- (b) *"Futsal feminino - Escola"*;
- (c) *"Futsal feminino - Brasil"*; e
- (d) *"Futsal feminino - História"*.

Devido ao grande número de resultados encontrados no Google Acadêmico e o tempo hábil para a escrita deste trabalho, a base de dados acabou sendo retirada do texto final. Isso se caracteriza como um fator limitante deste estudo.

Como critério de aplicabilidade para seleção deste estudo, foram estipulados os seguintes critérios de participação:

- (a) Artigos publicados entre 2000 e 2024;
- (b) Artigos escritos em português;
- (c) Artigos disponíveis gratuitamente; e
- (d) Artigos que tratassem da temática de maneira condizente com o objetivo do presente estudo logo no resumo, facilitando a seleção para posterior leitura.

Foram considerados como critérios de exclusão:

- (a) Artigos fora do período determinado;
- (b) Artigos escritos em qualquer língua estrangeira;
- (c) Artigos repetidos nas bases de dados; e
- (d) Artigos que estivessem dentro da temática, mas não tratavam especificamente do tema proposto.

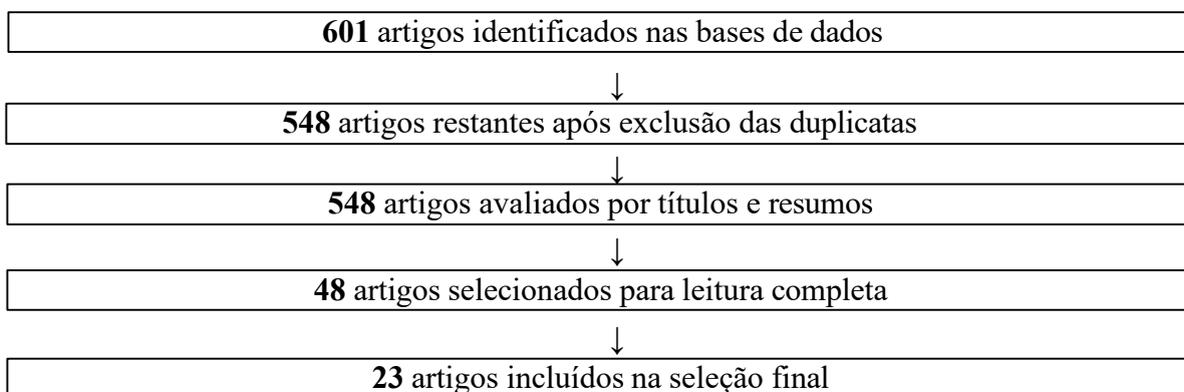
Após a seleção dos estudos encontrados, foram lidos o título e o resumo de cada um, para ver a aplicabilidade deles no estudo.

Tabela 1 - Resultados das bases de dados e seleção dos estudos.

Base de dados	Termo 1	Termo 2	Termo 3	Termo 4
SCIELO	50	0	2	1
CAPES	243	103	93	109
PubMed	0	0	0	0

Fonte: os autores.

A partir destes resultados, 48 artigos foram selecionados por estarem dentro da temática deste estudo. Após leitura dos artigos, foram selecionados 23 para ser a parte de análise histórica desta revisão. O Fluxograma de busca e seleção dos artigos é apresentado na figura 1.

Figura 1- Fluxograma de estudos selecionados

Fonte: Os autores.

3. RESULTADOS

A tabela 2 apresenta a lista dos artigos selecionados por autor, título e objetivo, ajudando a compreender a temática proposta neste estudo. Esta lista ajuda a entender toda a história, evolução e perspectivas futuras para o Futsal feminino no Brasil, dentro de um contexto geral.

Tabela 2 - Artigos selecionados com seus respectivos autores, títulos e objetivos.

Título do Artigo	Autor(es)	Objetivo
A influência do sexismo na prática de Futsal: o Futsal feminino no ambiente escolar	FELIPE, D. D. A, (2020)	Entender as relações de gênero existentes na sociedade através da prática do Futsal.
A prática do Futebol feminino no Ensino Fundamental	JUNIOR, O. M. D. S.; DARIDO, S. C, (2002)	Investigar a presença e os desafios do Futebol feminino no ensino fundamental.
As oportunidades da prática do Futsal e Futebol feminino no ambiente escolar	CARDOSO, J. P, (2020)	Investigar as oportunidades oferecidas pela prática do Futsal e Futebol feminino em escolas.
As seleções brasileiras de Futebol feminino e empoderamento das mulheres	AZEVEDO DE ALENCAR, A.; SANTOS DA SILVA, A.; JOSÉ DA SILVA NETO, E.; SOUTO MONTEIRO, M. <i>et al</i> (2020)	Estudar o impacto das seleções brasileiras de Futebol feminino no empoderamento das mulheres.
Carreiras e profissionalismo de Futebolistas brasileiras após a regulamentação do Futebol Feminino no Brasil	ALMEIDA, C.; PISANI, M. (2015)	Analisar as transformações no profissionalismo e na carreira de jogadoras após a regulamentação do Futebol feminino no Brasil.
Feminilidade e preconceito de gênero no Futsal: uma perspectiva de atletas brasileiras	MASCARIN, R. B., FLÁVIA VOLTA CORTES DEMARQUES, RENATO FRANCISCO	Analisar a relação entre feminilidade e preconceito de gênero no Futsal praticado por atletas brasileiras.

	RODRIGUES. (2017)	
Futebol feminino e as barreiras do sexismo nas escolas: reflexões acerca da invisibilidade	FURLAN, C. C.; SANTOS, P. L. D. (2009)	Observar atletas de Futebol e como elas veem a participação das mulheres no esporte e o incentivo dessa prática na escola aliado às questões de gênero
Futebol: representações e práticas de escolares do ensino fundamental	MACAGNAN, L. D. G.; BETTI, M. (2014)	Caracterizar as práticas e identificar representações sociais de escolares sobre o Futebol no âmbito das aulas de Educação Física Escola
Futsal feminino: a Educação Física escolar contribui para a escolha da modalidade como prática?	COSTA, R. L. D. (2019)	Explorar como as aulas de Educação Física influenciam as alunas na escolha pelo Futsal.
Futsal Feminino: perfil e implicações pedagógicas	SANTANA, W. C.; REIS, H. H. B. (2003)	Estudar o perfil das praticantes de Futsal feminino e suas implicações no contexto pedagógico.
Histórico do Futebol feminino no Brasil: considerações acerca da desigualdade de gênero	BROCH, M (2021)	Analisar o histórico do Futebol feminino no Brasil, abordando as desigualdades de gênero.
Mulheres atletas de Futsal: estratégias de resistência e permanência no esporte	SILVA, A. L. D. S.; NAZÁRIO, P. A. (2018)	Estudar como mulheres atletas de Futsal resistem e permanecem na modalidade.
Mulheres E Futebol No Brasil: Descontinuidades, Resistências E Resiliências	GOELLNER, S. V. (2021)	Discutir as resistências e resiliências das mulheres no Futebol ao longo da história.

Mulheres e Futebol no Brasil: entre sombras e visibilidades	GOELLNER, S. V. (2005)	Investigar a trajetória das mulheres no Futebol brasileiro entre períodos de invisibilidade e destaque.
Mulheres em quadra: o Futsal feminino fora do armário	OLIVEIRA, C. S. D. (2008)	Analisar as relações de gênero e sexualidade no Futsal feminino.
Narrativas sobre o Futebol feminino na imprensa paulista: entre a proibição e a regulamentação (1965-1983)	SILVA, G. C. E (2015)	Estudar como a imprensa paulista narrou o Futebol feminino durante os períodos de proibição e regulamentação.
O conteúdo de Futebol e Futsal é um tabu para os alunos do gênero feminino na Educação Física escolar?	FERREIRA, B. N. D. S.; LEMOS, M. (2021)	Estudar se os conteúdos de Futebol e Futsal são percebidos como tabu para alunas no ambiente escolar.
O esporte no contexto escolar: uma revisão bibliográfica sobre a prática de Futsal feminino nas escolas do Ceará	FELIX, I. D. F. D. C. (2020)	Revisar a literatura sobre a prática do Futsal feminino em escolas cearenses.
O Futsal feminino em escolas públicas e privadas de ensino médio da cidade de Crato-CE	MARTINS, L. M.; BACURAU, A. E. D. S.; JARDIM, P. P.; NETO, J. D. C. S. et al. (2016)	Comparar a prática do Futsal feminino entre escolas públicas e privadas.
O Futsal feminino no país do Futebol: a visão dos professores e das alunas sobre questões de gênero na prática do Futsal durante as aulas de Educação Física	FERREIRA, D. D. S. (2022)	Analisar as percepções de professores e alunas sobre gênero e Futsal nas aulas de Educação Física.
O jogo de Futebol no contexto escolar e extraescolar: encontro, confronto e atualização	BUSSO, G. L.; DAOLIO, J. (2011)	Estudar as implicações pedagógicas do Futsal para o ambiente escolar
Perspectivas e dificuldades encontradas pelas atletas de Futsal feminino nas escolas estaduais de ensino médio da cidade de Juazeiro do Norte - CE	GONÇALVES, A. D. N. (2019)	Analisar as perspectivas e barreiras enfrentadas por atletas de Futsal em escolas públicas do Ceará.

Tematizando o Futsal nas aulas de Educação Física no ensino médio integrado	ALVES, I. S.; KAWASHIMA, L. B.; GODOI, M. R. (2024)	Propor estratégias para trabalhar o Futsal feminino nas aulas de Educação Física no ensino médio integrado.
---	---	---

Fonte: Os autores.

4. DISCUSSÃO

4.1 Organização da discussão

Os 23 artigos selecionados foram divididos nas seguintes características: (1) *Ditadura militar no Brasil*, para explicação do contexto inicial e conexão com o esporte, (2) *Educação Física no Brasil*, que abordará a história da Educação Física no Brasil, o contexto escolar, o papel do professor, o ensino dos gêneros e o ensino do Futsal e Futebol, (3) *Futebol e Futsal no Brasil*, com o contexto histórico, a época da proibição, o desenvolvimento e as suas perspectivas futuras. Neste último tópico o Futebol também será abordado devido à facilidade de informações, diferente do Futsal, caracterizando este como mais um fator limitante deste estudo.

4.2 Ditadura Militar No Brasil

O período da ditadura militar no Brasil durou de 1964 a 1985. Teve início com um golpe de Estado que depôs o então presidente João Goulart, sob a justificativa de conter uma ameaça comunista e estabilizar o país. Esse golpe foi apoiado por setores conservadores da sociedade, incluindo parte da elite empresarial e setores da mídia, com respaldo dos Estados Unidos, que também temiam o avanço do comunismo na América Latina em plena Guerra Fria. Logo no início do regime, foram implementados atos institucionais que deram aos militares poderes excepcionais. O mais conhecido deles, o Ato Institucional nº 5 (AI-5), em 1968, resultou na suspensão de direitos civis, incluindo o fechamento do Congresso, a cassação de mandatos, e a censura da imprensa, da música, da arte e de outras formas de expressão. A repressão aumentou, com perseguição, prisão, tortura e morte de opositores políticos, além de severas restrições à liberdade de expressão (NETTO, 2014).

O período da ditadura militar no Brasil não apenas restringiu direitos políticos e civis, mas também influenciou diretamente o campo cultural e esportivo, afetando especialmente as mulheres. Durante o regime, vigorou o Decreto-Lei nº 3.199 de 14 de abril de 1941, implementado no Estado Novo de Getúlio Vargas, que regulamentava os esportes no Brasil. Entre suas determinações, estava a proibição da prática de esportes considerados "inadequados" para as mulheres, como o Futebol. Essa norma foi posteriormente reforçada pelo Conselho Nacional de Desportos (CND), que emitiu a Resolução nº 7 em 1965, durante a ditadura militar,

reiterando a exclusão de mulheres de atividades consideradas incompatíveis com sua "natureza". Essa proibição se estendeu até 1979, quando foi revogada, mas os efeitos sociais e culturais dessa repressão permaneceram por décadas. A luta pela revogação dessa proibição contou com a forte atuação dos movimentos feministas no Brasil, que denunciaram o caráter discriminatório da medida e reivindicaram o direito das mulheres ao esporte. Essas mobilizações foram fundamentais para a mudança de percepção da sociedade sobre a presença feminina no meio esportivo. Além disso, clubes e equipes femininas tiveram papel central nesse processo, destacando-se o Corinthians Feminino, que não apenas se consolidou como uma referência no futebol feminino, mas também promoveu diversas ações em defesa da modalidade. O clube utilizou sua visibilidade para reforçar a importância da equidade de gênero no esporte, apoiando iniciativas que resgatem a história da luta das mulheres no futebol e incentivando novas gerações de atletas a ocuparem esse espaço. (GOELLNER, 2005; MELO, 2007).

O período da ditadura militar no Brasil, foi marcado por um regime autoritário, censura e repressão. Nesse contexto, a Educação Física nas escolas foi utilizada como uma ferramenta para promover valores alinhados ao regime, como disciplina, hierarquia e o nacionalismo. O ensino da Educação Física foi centralizado e teve um enfoque militarista, com ênfase em atividades físicas que estimulassem o controle do corpo e a formação de um cidadão obediente e fisicamente apto a defender a pátria, essa visão da tendência militarista, reduzia a prática esportiva a uma ferramenta de controle social, limitando o potencial educativo e recreativo da Educação Física. Algumas políticas de Educação Física foram implementadas durante o regime militar brasileiro, nas décadas de 1960 e 1970, promoveram transformações significativas na educação nacional. A Reforma Universitária de 1968, em conjunto com a Lei de Diretrizes e Bases de 1971, consolidou a Educação Física como disciplina obrigatória em todos os níveis de ensino. Para fomentar a prática esportiva e melhorar a aptidão física da população, o governo adotou iniciativas como a Campanha Nacional de Esclarecimento Desportivo e o Diagnóstico de Educação Física/Desportos, com o intuito de preparar a população para o mercado de trabalho (BELTRAMI, 2006).

No contexto da ditadura, a exclusão das mulheres dos esportes coletivos como o Futebol refletia o controle do corpo feminino e a perpetuação de um ideal conservador de gênero, alinhado com o discurso autoritário da época. Essa repressão esportiva fazia parte de uma tentativa maior de moldar a sociedade segundo valores tradicionais, nos quais a mulher era vista principalmente como mãe e dona de casa, devendo evitar atividades que poderiam desviar dessa

função (BROCH, 2021; GOMES; MARCHI JÚNIOR, 2024).

Além disso, a ditadura utilizava o esporte masculino como um instrumento de propaganda nacionalista, promovendo a imagem do Brasil como potência esportiva por meio do Futebol, enquanto as mulheres eram relegadas a papéis secundários ou desestimuladas a competir em modalidades de destaque. Essa desigualdade de gênero institucionalizada deixou marcas profundas na história do esporte no Brasil, influenciando a percepção sobre a presença feminina em campos e quadras até os dias atuais (ALMEIDA; PISANI, 2015; GOELLNER, 2021).

4.3 A Educação Física No Brasil

A Educação Física no Brasil foi inserida como componente permanente do currículo escolar no final do século XIX e início do século XX, enfrentando uma série de desafios históricos e contemporâneos na busca por consolidar seu papel como área de conhecimento no contexto escolar e na sociedade. Nesse período, sua incorporação ao sistema escolar estava alinhada ao projeto do regime republicano, que visava a regeneração da raça e a preparação de cidadãos produtivos para o trabalho (VAGO, 1999). Esse projeto refletia um entendimento do corpo como objeto de disciplinamento, higienização e controle, promovendo saúde e preparo físico de acordo com os ideais de produtividade e eficiência. As atividades físicas, influenciadas por concepções militaristas, tinham caráter marcadamente diferenciado por gênero: para os meninos, prevaleciam práticas de treinamento físico com viés militar, enquanto, para as meninas, as atividades eram mais leves, voltadas para flexibilidade e elegância, reforçando papéis de gênero tradicionais (GOELLNER, 2005).

Com a redemocratização e a promulgação da Constituição de 1988, a Educação Física passou a ser vista sob um novo enfoque. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996 e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) de 1997 trouxeram diretrizes que reafirmaram a disciplina como uma área de conhecimento essencial para o desenvolvimento integral dos alunos, incluindo aspectos físicos, emocionais, sociais e culturais. A disciplina passou a ser vista não apenas como um meio de desenvolver a aptidão física ou a performance esportiva, mas como uma prática educativa voltada para a cultura corporal de movimento, abrangendo jogos, esportes, danças, atividades expressivas e reflexivas, que promovem habilidades motoras, cooperação, inclusão e respeito à diversidade (BRASIL, 1997; CASTELLANI FILHO, 1988).

Ao longo do século XX, a Educação Física permaneceu no currículo escolar, passando por diversas transformações. Inicialmente, suas práticas estavam diretamente relacionadas à preparação física e mental para o trabalho e para a disciplina social, mas, gradualmente, novos significados foram incorporados, incluindo a valorização do desenvolvimento de habilidades motoras e da saúde como um direito humano universal (BROCH, 2021). Com essas mudanças, a Educação Física revelou sua capacidade de adaptação às demandas sociais, políticas e culturais emergentes, mantendo sua relevância no contexto escolar (ALMEIDA; PISANI, 2015).

Com a promulgação da Lei de Diretrizes e bases (LDB) de 1996 e a introdução dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), a Educação Física ganhou novo status dentro do ambiente escolar e em 2017, com a chegada da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a grande importância e influência da Educação Física nesse documento, a disciplina assumiu a função de escolarizar a cultura corporal de movimento, destacando práticas corporais diversas e inclusivas para todos os estudantes. Esse avanço trouxe um enfoque mais amplo à disciplina, promovendo práticas pedagógicas que reconhecem as particularidades de cada contexto e a diversidade dos corpos (BRASIL; 2017; FERREIRA; NUNES, 2022). Contudo, essas diretrizes também geraram tensões, pois enfrentam o dilema entre modelos educacionais voltados para o atendimento às demandas do mercado e modelos que priorizam uma formação cidadã e emancipatória (GOMES; MARCHI JÚNIOR, 2024).

Essas mudanças refletem um cenário em que a Educação Física, historicamente marcada por práticas de exclusão e reprodução de desigualdades, começa a se reconfigurar para assumir um papel mais democrático e transformador, alinhado às lutas por inclusão e igualdade de gênero no esporte e na sociedade em geral (ALMEIDA; PISANI, 2015).

4.3.1 A Educação Física escolar

A Educação Física escolar no Brasil passou por significativas transformações ao longo dos séculos XX e XXI, refletindo o contexto social, político e educacional do país em cada período. Inicialmente, no início do século XX, a disciplina foi implementada com objetivos voltados para a higienização, disciplina e regeneração da "raça", visando à preparação física para o trabalho e ao fortalecimento dos ideais de cidadania e saúde, especialmente após a reforma educacional de 1906 em Minas Gerais. Nesse contexto, a Educação Física escolar era uma ferramenta de controle social, associada ao projeto de modernização e industrialização

nacional, além de atender aos ideais eugenistas e de saúde pública vigentes na época (CASTELLANI FILHO, 1988; GOELLNER, 2005). Durante o regime militar (1964-1985), a Educação Física foi incorporada de forma ainda mais sistemática às políticas educacionais, sendo tornada obrigatória em diversos níveis escolares.

O Decreto-Lei nº 705/1969 formalizou a obrigatoriedade da disciplina em todos os cursos superiores, reforçando seu papel na formação dos jovens brasileiros. Esse período caracterizou-se pelo uso da Educação Física como instrumento de controle social e promoção de uma "mentalidade esportiva" que estivesse em consonância com os objetivos políticos do governo, incluindo o desenvolvimento físico, a disciplina e a aptidão para o trabalho, considerados elementos essenciais para a "ordem e progresso" nacionais (GOELLNER, 2005; VAGO, 1999).

Hoje, reforçada pela LDB e pela BNCC, a Educação Física escolar é considerada fundamental para a formação integral dos estudantes, atuando como um espaço de construção de valores éticos, culturais e de cidadania a partir do desenvolvimento das práticas corporais. Ela é vista como um campo que contribui para o desenvolvimento de uma consciência corporal crítica, o aprendizado de práticas saudáveis e a vivência de diferentes práticas corporais, que englobam não apenas o aspecto físico, mas também o fortalecimento de habilidades sociais e o respeito à pluralidade cultural presente na sociedade brasileira. Na atualidade, a Educação Física escolar no Brasil continua a se desenvolver, incorporando perspectivas modernas que visam a formação integral do aluno. A disciplina vai além do treinamento físico ou do ensino de esportes tradicionais, integrando práticas que promovem habilidades sociais, cognitivas e emocionais. (BRASIL, 2017).

A BNCC, implementada a partir de 2018, destaca a importância da Educação Física para a construção de uma identidade cidadã e participativa. Ela estabelece que a disciplina deve contribuir para a formação de valores como respeito, ética, cooperação e autonomia, promovendo uma experiência inclusiva e acessível para todos os alunos, independentemente de suas habilidades ou condições físicas. Esse direcionamento responde a uma sociedade mais plural e busca romper com práticas excludentes, oferecendo atividades que valorizem a diversidade e a inclusão no ambiente escolar (BRASIL, 2017; CARVALHO; SOUZA NETO, 2019).

A criação da Política Nacional de Educação Física e Desportos (PED) em 1975 foi uma das principais ações para fortalecer a prática esportiva e elevar o desempenho do Brasil em competições internacionais. A PED gerou o Programa de Desenvolvimento da Educação Física

e Desportos (PRODED); o Programa de Assistência Técnica e Financeira a Programas de Educação Física (PATEF); e o Programa de Intercâmbio e Difusão Cultural (PIDIC), buscava desenvolver infraestrutura, promover pesquisas e oferecer apoio técnico-financeiro a projetos esportivos. Esses esforços refletiam o uso do esporte como instrumento de controle social e de aprimoramento das condições físicas da população, alinhado aos interesses do regime autoritário (DE ARAÚJO; FURTADO, 2019).

Além disso, a extensão da obrigatoriedade da Educação Física em todos os níveis de ensino superior, imposta pelo Decreto-Lei nº 705 de 25 de julho de 1969, trouxe profundas mudanças na difusão da disciplina no Brasil. O Conselho Federal de Educação (CFE), até então resistente à implantação obrigatória da Educação Física nos cursos primário e médio, conforme os moldes propostos pela Divisão de Educação Física (DEF) do MEC, foi forçado a ajustar sua postura. A vigência do Ato Institucional nº 5, em 1968, permitiu ao chefe do executivo promulgar o decreto-lei, concretizando as aspirações de grupos aliados ao governo e incorporando a Educação Física como um elemento central nas políticas educacionais. Além disso, a influência do esporte de massa e de elite no controle social e moral durante o regime militar, sugerindo que a Educação Física foi utilizada para consolidar uma "mentalidade esportiva", alinhada aos objetivos do governo, tais como o desenvolvimento físico da população e a manutenção da ordem social (GOELLNER, 2005).

No que concerne à Educação Física no Brasil durante o governo de Getúlio Vargas, fase que ficou conhecida como "Educação Física militarista", caracterizou-se pela adoção de práticas higienistas e ideologias nacionalistas. A sistematização dos exercícios físicos, inicialmente desenvolvida em instituições militares, foi posteriormente adaptada para o contexto civil, com forte influência do conhecimento médico e de uma visão de saúde pública que priorizava a "saúde da pátria" em detrimento da saúde individual. A Educação Física nesse período tinha como objetivo a formação do "cidadão-soldado", um modelo de cidadão disciplinado e fisicamente apto a defender a nação. Instrutores militares conduziam as atividades escolares com base em métodos ginásticos influenciados por correntes estrangeiras, como a Missão Militar Francesa e práticas da Marinha. A militarização das escolas durante o Estado Novo refletia o projeto político de Vargas de moldar uma sociedade idealizada, na qual a Educação Física e a Educação Moral e Cívica eram instrumentos complementares na formação do cidadão (REI; LÜDORF, 2012).

Além disso, a Educação Física escolar também se aproxima de temas emergentes, como saúde mental e qualidade de vida. Segundo Guedes e Guedes (2006), a prática de atividades

físicas regulares na escola pode ser um elemento importante na promoção do bem-estar físico e emocional, especialmente no contexto escolar, onde questões como ansiedade e sedentarismo se tornaram mais prevalentes entre jovens. As escolas, portanto, são incentivadas a adaptar as aulas para que promovam hábitos saudáveis, além de proporcionarem um ambiente seguro e acolhedor, onde os alunos possam explorar diferentes expressões de movimento e refletir sobre a importância da saúde e do autocuidado (CAMPOS; MUNIZ; BELO; ROMANO et al., 2019).

O advento da tecnologia na Educação Física é outro fator relevante. Hoje, há uma busca por integrar recursos digitais que auxiliem no ensino e na prática das atividades físicas, como aplicativos que monitoram o progresso dos alunos ou vídeos e plataformas digitais que ampliam o acesso a informações sobre exercícios e práticas corporais. Contudo, essa digitalização também apresenta desafios, pois requer que os professores adaptem suas metodologias e promovam o uso crítico dessas tecnologias para evitar o excesso de passividade e incentivar o movimento de maneira equilibrada (PEREIRA, 2016).

Por fim, a formação dos professores de Educação Física também está em foco. Pesquisas indicam que há uma crescente demanda por cursos de formação continuada que capacitem os docentes a aplicarem práticas pedagógicas inclusivas e alinhadas às novas diretrizes da BNCC. Essa formação é essencial para que a Educação Física possa se consolidar como um componente curricular que vai além do desenvolvimento físico, contribuindo para a formação integral e cidadã dos estudantes (GOMES; SOUZA, 2021).

4.3.2 Função do professor de Educação Física

A temática de gênero nos debates da Educação Física Escolar, dos esportes e da atividade física é uma abordagem recente, com um dos principais objetivos sendo superar o modelo tradicional de considerar o corpo em movimento separadamente por sexo (PEREIRA; MOURÃO, 2005). Embora corpos masculinos e femininos sejam presentes em várias instâncias escolares, é na Educação Física que essa distinção é frequentemente enfatizada. Até hoje, baseado em uma hierarquia de aptidões físicas socialmente aceitas, as meninas são frequentemente consideradas "naturalmente" mais frágeis do que os meninos, o que justifica a percepção da necessidade de uma estrutura especial que proteja as meninas da "brutalidade" associada aos meninos (FRAGA, 2000).

As aulas mistas de Educação Física têm o potencial de proporcionar oportunidades para que meninos e meninas se descubram, aprendam a ser tolerantes, evitem a discriminação e

compreendam as diferenças, buscando evitar a reprodução de relações sociais autoritárias (BRASIL, 1997).

Quanto à função do professor de Educação Física, Júnior e Darido (2002) sugerem que cabe ao professor problematizar, interpretar e analisar com seus alunos as manifestações da cultura corporal, promovendo a compreensão dos sentidos e significados presentes nas práticas corporais (JUNIOR; DARIDO, 2002).

4.3.3 Educação Física e Gênero

Ao longo da história, o gênero tem sido concebido como uma construção social que delinea os papéis sociais entre os sexos. Destaca-se sua natureza social e relacional em duas proposições fundamentais: como elemento constitutivo das relações sociais que delinham as diferenças entre os sexos, e como o primeiro a conferir significado ao poder (JUNIOR, 2002; SCOTT, 1989).

Segundo Júnior e Darido (2002) as questões de gênero na Educação Física frequentemente são influenciadas por concepções biológicas que perpetuam a ideia de que as mulheres são mais frágeis e os homens mais fortes. Isso resulta na exclusão cada vez maior das mulheres de atividades com maior contato físico, como o Futebol/Futsal no ambiente escolar, e dos homens de atividades como dança em aulas de Educação Física (BRASIL, 2017; JUNIOR, 2002; JUNIOR; DARIDO, 2002).

A visão cultural da Educação Física, conforme proposta pela BNCC busca superar esse paradigma biológico ao reconhecer a pluralidade das práticas corporais e sua relação com a construção social dos corpos e identidades. Assim, a Educação Física escolar deve promover a equidade de gênero, garantindo que meninas e meninos tenham acesso a todas as práticas corporais sem restrições baseadas em estereótipos, nesse sentido, o ensino da Educação Física deve proporcionar um ambiente inclusivo e democrático, onde todas as manifestações culturais do movimento sejam valorizadas de forma equitativa. A abordagem crítica e reflexiva permite que os estudantes compreendam como as normas de gênero influenciam suas experiências corporais e incentivam a participação ativa de todos, independentemente de suas características físicas, dessa forma encontramos em (BRASIL, 2017, p. 223) “Identificar as formas de produção dos preconceitos, compreender seus efeitos e combater posicionamentos discriminatórios em relação às práticas corporais e aos seus participantes”, anulando o discurso de segmentação de gênero nas aulas de Educação Física (BRASIL, 2017).

A cultura corporal exerce uma influência marcante na moldagem e adaptação dos corpos, estabelecendo normas e estigmatizando atividades que desafiam o modelo heteronormativo. A implementação de aulas mistas é fundamental para promover avanços nas questões de gênero, visando favorecer a igualdade e evitar estereótipos (PRADO; RIBEIRO, 2010). No que diz respeito ao Futebol feminino no Brasil, a historiografia destaca marcos históricos que incluem proibições, invisibilidade e silêncio enfrentados por essa prática ao longo do século XX (CRUZ; PALMEIRA, 2009; RIBEIRO, 2018; SILVA, 2015).

Grande parte das alunas que praticam o Futsal, fazem isso de maneira mista, em conjunto dos meninos, muitas vezes dentro e fora do ambiente escolar. No entanto, algumas relatam não se sentirem motivadas pelos professores no ambiente escolar, notando que os meninos são mais incentivados a jogar este esporte. Além disso, as meninas relatam críticas constantes sobre suas habilidades no jogo. Embora a maioria das alunas não perceba separação por gênero nas aulas, algumas que se sentiram rejeitadas apontam a falta de habilidades ou desinteresse pelo esporte como causas principais. A rejeição afeta especialmente aquelas com menos prática e confiança no Futsal (FURLAN; SANTOS, 2009). A discrepância de gênero não é originada na escola, mas sim externamente, advinda do ambiente familiar e cultural, que tradicionalmente associa habilidades específicas aos homens e às mulheres. Esse contexto social limita a liberdade das mulheres de participarem em atividades como Futebol/Futsal, pois são desencorajadas de adotar comportamentos masculinos (OLIVEIRA, 2008; SILVA, 2021).

O primeiro contato de várias atletas de Futsal feminino com a modalidade, iniciaram em ambientes informais, como ruas e quadras municipais, com uma menor participação em escolas, clubes e escolas especializadas. A predominância das ruas como principal local de iniciação evidencia a falta de oferta de programas específicos de Futsal feminino em clubes e instituições privadas, e o pouco incentivo nas escolas, refletindo uma exclusão sutil do esporte para as meninas. Isso sugere uma abordagem sexista, onde o Futsal ainda é visto como um esporte destinado a meninos, e questiona o papel da escola na promoção da igualdade de gênero nesse contexto (SANTANA; REIS, 2003).

4.3.4 Educação Física e o ensino do Futebol e Futsal

No Brasil, durante a época da ditadura militar, os esportes através de conquistas e títulos, estavam em plena evidência no dia a dia dos cidadãos e na mídia brasileira, sendo fortemente utilizados como “cortinas de fumaça” para o regime da época. Um dos marcos significativos

desse período foi a conquista do título da Copa do Mundo de Futebol de 1970, um feito que ocorreu no auge da ditadura. Dado que o Futebol já era uma paixão nacional, nosso tricampeonato mundial tornou-se mais uma forma pela qual o regime ditatorial buscava manter-se no poder, reforçando a percepção de que tudo estava indo bem, sendo assim, incentivava-se a prática do esporte nas escolas (BATISTA; JUNIOR, 2010).

Atualmente, a abordagem dos esportes dentro das salas de aula tem passado por transformações significativas, conforme observado pela BNCC de 2017. Os esportes, devido à sua grande presença nos meios de comunicação, têm sido destacados como elementos fundamentais nas práticas corporais, sendo categorizados em sete tipos que são: (1) esportes de marca, (2) esportes de precisão, (3) esportes de invasão, (4) esportes de rede e parede, (5) esportes de combate, (6) esportes técnicos-combinatórios e (7) esportes de campo e taco. O Futebol e o Futsal se enquadram como esportes de invasão territorial, onde o objetivo é levar a bola até a meta adversária, protegendo simultaneamente a sua própria meta (BRASIL, 2017).

Embora não seja necessário que a escola ensine o esporte, com todas as regras oficiais, a adaptação dessas regras é fundamental para proporcionar aos alunos a experiência prática. Segundo Paes (1996, p. 7), "cabe, portanto, à escola, a transmissão do conhecimento elaborado e não conhecimento espontâneo". Por sua vez, os alunos trazem consigo um conhecimento prévio elaborado, que engloba regras, amizades e relações familiares, evidenciando as diferenças entre o jogo na escola e na rua, onde prevalece o conhecimento prático e não metodológico. (BUSSO; DAOLIO, 2011).

Na rotina escolar, o Futsal geralmente é o esporte mais desenvolvido. Isso se deve à sua praticidade para ser jogado em espaços pequenos, mesmo que a escola disponha apenas de um ginásio, pátio ou quadra com duas traves, em vez de uma quadra de dimensões oficiais (40x20m). Além das aulas de Educação Física, o Futsal se faz presente no espaço escolar, seja durante o recreio ou nos intervalos das aulas, onde os alunos discutem sobre o esporte ou o praticam (ALVES; KAWASHIMA; GODOI, 2024; MACAGNAN; BETTI, 2014).

4.4 História do Futebol e do Futsal feminino no Brasil.

O surgimento do Futebol no mundo é associado ao ano de 1863, com a fundação da *Football Association* (FA) na Inglaterra, responsável por estabelecer as primeiras regras formais do futebol moderno. Esse momento marcou a separação entre o futebol e o rugby, padronizando a modalidade e servindo de base para a futura expansão do esporte pelo mundo.

Essa padronização ficou conhecida como o “futebol organizado” ou como o “jogo que conhecemos hoje” (FA, 2024).

Em 1882, a *International Football Association Board* (IFAB) foi criada para uniformizar e regulamentar as regras do Futebol a nível internacional. Em 1885, a FA reconheceu oficialmente o profissionalismo no Futebol, permitindo que jogadores fossem pagos. Em 1886, a IFAB realizou sua primeira reunião, unificando as regras do Futebol entre as diferentes associações do Reino Unido (IFAB, 2024).

Quando o Futebol desembarcou no Brasil com Charles Miller, em 1894, trazendo duas bolas e um documento com as regras da FA, o esporte, vindo da Inglaterra contava com uma clara especificidade de gênero, classe e raça: era exclusivo para homens, brancos e ricos. Pobres, negros e mulheres eram proibidos de praticar a modalidade. Em 1901 a primeira federação de Futebol do país foi criada, a Federação de Futebol de São Paulo, no entanto, ainda mantendo a especificidade de gênero, raça e classe, manteve o acesso ao esporte dentro dos grandes clubes, apenas uma pequena parcela que se encaixava nos padrões, logo, a grande parte da sociedade não teve contato com a modalidade de maneira profissional (BROCH, 2021; GOELLNER, 2005; SILVA; MOREIRA, 2024).

As primeiras referências sobre as mulheres na modalidade só surgiram nos anos 1920, tendo poucos registros de partidas de equipes femininas listadas em panfletos circenses como “espetáculo”. Entre 1939 e 1940, mulheres periféricas, oriundas do subúrbio carioca, apresentaram mais de quinze equipes femininas que passaram a aparecer nos mesmos espaços dos torneios e campeonatos suburbanos masculinos. Ainda em 1940, duas equipes femininas fizeram uma partida preliminar no recém-inaugurado Estádio do Pacaembu, e a perspectiva era de que novos convites e espaços apareceriam para a modalidade, mas logo com o aumento das praticantes e deslocamento das mulheres de suas residências para jogar Futebol acabavam não cumprindo com os deveres estipulados através do matrimônio e mesmo fora dele (BROCH, 2021; SILVA; MOREIRA, 2024).

Em 1979, a FIFA sinalizava que reconheceria o Futebol feminino, que já vinha sendo praticado pelas mulheres na várzea, em momentos de lazer e até de forma beneficente. A sinalização da internacionalização da modalidade, juntamente da prática do Futebol e de outros esportes proibidos até então, possibilitou que em 21 de dezembro de 1979, quase quatro décadas depois da proibição, a revogação do decreto-lei 3.199, permitindo que as mulheres voltassem a ter o direito legal de praticar o Futebol. Entretanto, o fim da restrição não significou em mudanças expressivas no cenário da modalidade de maneira imediata, já que apenas em 8 de

janeiro de 1983 o CND, oficializa e regulamenta a prática do Futebol e Futsal feminino, marcando um ponto de virada na inclusão das mulheres no esporte, permitindo a criação de calendário esportivo, competições e até mesmo a autorização da prática escolar (SILVA, 2015).

A proibição, que persistiu até 1979, impôs desafios às jogadoras da década de 1980, que tiveram que lutar para conquistar respeito e reconhecimento. Esse esforço possibilitou o estabelecimento de competições regionais e nacionais para o Futebol feminino. Com a legalização da prática da modalidade para as mulheres, estas puderam participar de competições e organizar equipes regionais (ALMEIDA; PISANI, 2015).

O Futsal, embora não tenha sido alvo de uma proibição formal como o Futebol feminino, também enfrentou dificuldades durante a ditadura militar. Com o governo militar utilizando o Futebol masculino como um dos principais meios de propaganda nacionalista, outras modalidades esportivas, como o Futsal, receberam menos apoio e visibilidade. O foco quase exclusivo no Futebol levou à marginalização de outras formas de Futebol, como o Futsal, que eram praticadas em ambientes mais populares e escolares. O Futsal, que se desenvolveu principalmente em clubes sociais e escolas, teve que se adaptar às condições impostas pela falta de recursos e de apoio oficial. A centralização dos investimentos no Futebol, considerado o "esporte nacional", acabou limitando o crescimento do Futsal em termos de profissionalização e expansão, juntamente da exclusão da participação feminina da modalidade por conta do decreto mesmo sem uma citação formal ao Futsal (WESTIN, 2023).

Dentro do Futsal, a FIFA chancela a modalidade desde 1989 no masculino, e desde 2015 no feminino e em 4 de outubro de 2023 anunciou a primeira Copa do Mundo FIFA de Futsal Feminino, que será realizada em 2025 nas Filipinas, ainda sem datas definidas. (DILASCIO, 2023).

4.4.1 Momento de proibição

As notícias sobre as mulheres praticando as modalidades, causaram alvoroço na opinião pública e nas autoridades da época, que acreditavam que as mulheres estavam ocupando um lugar “que não era delas”, o que acaba culminando no Decreto-lei 3.199 de 14 de abril de 1941 - assinado pelo presidente Getúlio Vargas, proibindo a prática do Futebol por mulheres no Brasil no Artigo 54. Segundo (BRASIL, 1941b) “Às mulheres não se permitirá a prática de desportos incompatíveis com as condições de sua natureza, devendo, para este efeito, o Conselho Nacional de Desportos (CND) baixar as necessárias instruções às entidades

desportivas do país” (BRASIL, 1941).

Apesar de não ser o único, o caso do Brasil é um dos mais emblemáticos e conhecidos quando se trata da proibição às mulheres no Futebol. Isso porque, diferentemente de outros países, o governo não impediu apenas a existência de associações femininas no esporte, mas a prática da modalidade como um todo. A proibição imposta durante o governo de Getúlio Vargas foi endurecida pelos Anos de Chumbo da Ditadura Militar. Embora o Futebol e Futsal não tenham sido nominalmente citados no decreto-lei 3.199, um ano após o Golpe Militar de 1964, o Conselho Nacional de Desportos (CND) citou especificamente os esportes proibidos para as mulheres. Eles eram: "lutas de qualquer natureza, Futebol, Futebol de salão, Futebol de praia, Polo aquático, Rugby, Halterofilismo e Beisebol" (BRASIL, 1941).

Até aquele momento, circulavam notícias de que as mulheres continuavam a jogar Futebol, mas de forma clandestina tornando seus registros históricos escassos. Uma forma encontrada para driblar o decreto-lei e praticar o esporte eram eventos beneficentes em escolas e ambientes de sociabilidade, o que manteve a modalidade viva durante a proibição. Em 1977, houve uma pressão parlamentar pela legalização do Futebol feminino através de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) que foi formada por 22 nomes entre senadores e deputados, sendo 21 homens e apenas uma mulher. A CPI foi concluída em outubro de 1977, seis meses após o seu início. A responsabilidade pela elaboração do relatório final recaiu sobre Lygia Bastos, a única mulher da comissão. No relatório, foram feitas diversas recomendações ao poder público visando reduzir a desigualdade de gênero no Brasil. Entre elas, estava a solicitação para a revogação das normas que restringiam a prática de certos esportes pelas mulheres, bem como o estímulo à presença feminina na direção das entidades esportivas. Apesar dos esforços, a proibição só foi revogada dois anos depois (WESTIN, 2023).

4.4.2 Momento atual e perspectivas futuras

Algumas instituições ligadas ao esporte e ao governo têm tomado medidas que estão buscando ajudar e reverter os danos causados por essa longa proibição do esporte feminino, promovendo a igualdade de oportunidades e encorajando a participação das mulheres em todos os níveis do esporte. A FIFA, com o crescimento exponencial da modalidade, resolveu impulsionar a profissionalização do Futebol feminino, lançando o documento “Estratégia Global para o Futebol Feminino” que traz pilares fundamentais para o desenvolvimento completo da modalidade, dentro e fora de campo, como: aprimoramento das competições

femininas; programa comercial para o Futebol feminino; igualdade de gênero e liderança feminina; campanhas de incentivo ao empoderamento feminino. Tornando obrigatório para as confederações continentais e federações nacionais o seguimento e projeção das regulamentações e implementações dos temas elencados no documento (GLOBOESPORTE, 2018).

Em 2016, a Confederação Sul-Americana de Futebol (CONMEBOL) aprovou seu novo regulamento de licenciamento aos clubes participantes da Copa Libertadores da América e da Copa Sul-Americana. A novidade presente neste regulamento era que a partir de 2019, só poderiam participar dos torneios os times que possuíssem uma equipe e uma categoria de base feminina ou tornarem-se associadas a um clube que tivesse, obrigando os solicitantes a promoverem suporte técnico, equipamentos e infraestrutura. Os times femininos deveriam estar inscritos em competições nacionais ou regionais (GLOBOESPORTE, 2016).

A tendência foi acompanhada pela CBF, que passou a exigir que os clubes brasileiros também mantivessem equipes femininas (AZEVEDO DE ALENCAR; SANTOS DA SILVA; JOSÉ DA SILVA NETO; SOUTO MONTEIRO et al., 2020).

No Brasil, um mecanismo que pode ter efeito na difusão e desenvolvimento das mulheres na modalidade, foi criado pela Confederação Brasileira de Futebol (CBF) em 8 de março de 2023, que busca maior inclusão, instituindo que competições amadoras poderão ser mistas, podendo inscrever mulheres em equipes masculinas e equipes femininas poderão participar de competições masculinas, em todas as categorias, da iniciação esportiva ao adulto (ESPN, 2023).

Em resposta aos desafios identificados, o governo federal lançou a Estratégia Nacional para o Desenvolvimento do Futebol Feminino, que inclui medidas para promover o Futebol profissional e amador, ampliar investimentos e oferecer formação técnica para meninas e mulheres. O programa também busca aumentar a participação feminina em cargos de gestão, arbitragem e direção técnica, além de estabelecer centros de treinamento específicos para mulheres, iniciativas que demonstram um compromisso crescente com o fortalecimento do Futebol feminino no Brasil, visando superar obstáculos históricos e promover maior equidade de gênero no esporte (CHAVES, 2023; LISBOA, 2023).

A Copa do Mundo Feminina de 2023 trouxe ineditismos dentro e fora de campo, como recordes de audiência, aumento de patrocínios e avanços tecnológicos. No Brasil, observou-se uma cobertura midiática sem precedentes, refletindo o crescente interesse pelo Futebol feminino no país, dando um impulso necessário para a difusão do esporte quanto à prática,

profissionalização, estrutura e transmissão, buscando números maiores em todos os aspectos visando a disputa da Copa do Mundo Feminina de 2027 que será disputada no Brasil (LANZ, 2023).

5. RESULTADOS

A proibição do esporte feminino no Brasil durante a ditadura militar teve um impacto profundo e negativo na participação e desenvolvimento das modalidades entre as mulheres. Apesar das restrições, houve uma resistência silenciosa e persistente das mulheres que buscavam espaço no esporte. Esse movimento foi, muitas vezes, invisibilizado pela narrativa oficial, mas, nos bastidores, mulheres atletas desafiavam as normas, lutando por reconhecimento e melhores condições (GOELLNER, 2021).

Além disso, as mulheres que se destacaram no esporte muitas vezes eram vistas com desconfiança. A sociedade da época nutria uma visão binária e rígida dos papéis de gênero, o que gerava preconceitos em relação às atletas que desafiavam essas normas. As representações midiáticas dessas mulheres frequentemente reforçam estereótipos negativos, associando o esporte feminino à masculinização ou à sexualização do corpo (BROCH, 2021).

A ditadura militar no Brasil deixou um legado de restrições e dificuldades para o desenvolvimento de várias modalidades esportivas, particularmente para o Futebol feminino, que foi diretamente proibido, e o Futsal, que sofreu com a falta de apoio e visibilidade. Esses episódios refletem o uso do esporte como ferramenta de controle social e propaganda, além de exporem as limitações impostas às mulheres e a esportes menos populares durante um dos períodos mais autoritários da história brasileira. (BARROS, 2023).

A participação feminina no Futsal feminino no ambiente escolar desempenha um papel fundamental no empoderamento das meninas e na quebra de estereótipos de gênero. Ao envolver-se em uma atividade esportiva tradicionalmente dominada por homens, as meninas desafiam as normas sociais e reivindicam seu espaço no campo esportivo. Além disso, a prática do Futsal proporciona às meninas a oportunidade de desenvolver habilidades físicas e psicológicas importantes para sua saúde e bem-estar (CARDOSO, 2020).

Existem exemplos inspiradores de meninas que se destacaram no Futsal feminino no ambiente escolar e conseguiram superar os obstáculos enfrentados. Estas histórias de sucesso servem como inspiração para outras jovens atletas, mostrando que é possível alcançar o sucesso mesmo diante das adversidades. Essas narrativas também reforçam a importância do apoio

institucional e da valorização do talento feminino no esporte (FELIPE, 2020; SILVA; NAZÁRIO, 2018).

Para garantir a continuidade da participação feminina no Futsal feminino no ambiente escolar, é necessário investir continuamente em infraestrutura esportiva adequada e na formação de professores capacitados. A falta de espaços adequados para a prática esportiva e a falta de conhecimento técnico por parte dos professores são obstáculos significativos para o desenvolvimento do Futsal feminino nas escolas. Portanto, é fundamental que haja investimentos nessas áreas, visando proporcionar condições ideais para o desenvolvimento das habilidades das meninas e garantir sua participação plena no esporte (FERREIRA; LEMOS, 2021; SILVA; NAZÁRIO, 2018).

A implementação de políticas públicas para incentivar a participação feminina no Futsal escolar é essencial para superar desafios estruturais e culturais. Projetos esportivos inclusivos, que garantam igualdade de oportunidades para meninos e meninas, representam um passo fundamental. Além disso, investimentos em infraestrutura esportiva e capacitação docente são necessários para assegurar condições adequadas à prática do Futsal feminino e promover a equidade de gênero no esporte (MARTINS; BACURAU; JARDIM; NETO et al., 2016).

O apoio familiar desempenha um papel crucial na inserção das meninas no Futsal escolar. O incentivo dos pais, a valorização das conquistas e o acompanhamento nos treinamentos e competições fortalecem a autoconfiança e a motivação das jovens atletas (FERREIRA, 2022).

A Educação Física escolar deve adotar uma abordagem inclusiva, estimulando a participação feminina no Futsal sem distinções de habilidade ou interesse. Professores devem criar um ambiente acolhedor, permitindo que as alunas explorem diferentes modalidades esportivas. Além disso, a inclusão de conteúdos teóricos sobre a importância do esporte para as mulheres, destacando atletas inspiradoras, contribui para a valorização da modalidade (FELIPE, 2020).

Para garantir o crescimento do Futsal feminino no ambiente escolar, é necessário um investimento contínuo em infraestrutura, treinadores qualificados e políticas inclusivas. Somente com a equiparação de oportunidades será possível ampliar a participação feminina e promover a igualdade de gênero na modalidade (COSTA, 2019).

As barreiras culturais e os estereótipos de gênero ainda dificultam a adesão das meninas ao Futsal. A sociedade impõe expectativas que limitam sua participação em esportes tradicionalmente masculinos, reforçando a crença de que não possuem habilidades adequadas

para a prática. Essa mentalidade desestimula a presença feminina e perpetua a desigualdade esportiva (FERREIRA, 2022).

A falta de visibilidade e reconhecimento do Futsal feminino também representa um obstáculo. A modalidade recebe menos atenção e investimento em comparação ao Futsal masculino, o que gera desmotivação entre as atletas (FELIX, 2020). Além disso, a pressão social e o preconceito dificultam a permanência das meninas no esporte, pois muitas vezes são desencorajadas por familiares e colegas, afetando sua autoestima e segurança (FELIPE, 2020).

O estigma de que o Futsal não é adequado para meninas também impacta sua participação, criando barreiras psicológicas e afastando potenciais jogadoras. A superação desses desafios requer um esforço conjunto para desmistificar essas crenças e promover um ambiente esportivo mais inclusivo (GONÇALVES, 2019).

A diversidade de habilidades e experiências entre as jogadoras deve ser valorizada. Ao permitir que todas as meninas participem, independentemente do nível técnico, a escola fomenta o respeito às diferenças e contribui para o desenvolvimento social e esportivo das atletas (COSTA, 2019). Entretanto, a falta de incentivo e suporte institucional limita o avanço da modalidade, uma vez que muitas escolas não oferecem infraestrutura adequada nem treinadores especializados, dificultando o progresso das jogadoras (FERREIRA; LEMOS, 2021).

Para reverter esse cenário, iniciativas como campeonatos exclusivos para meninas e programas de treinamento especializados são fundamentais. Essas ações incentivam a prática esportiva e garantem um ambiente mais equitativo para o desenvolvimento das atletas (FERREIRA, 2022).

As diferenças entre o Futsal masculino e feminino devem ser reconhecidas, sem desvalorizar a modalidade feminina. Enquanto o jogo masculino se destaca pela força e velocidade, o feminino evidencia maior técnica, precisão e inteligência tática, tornando-se dinâmico e estratégico (FELIPE, 2020).

A presença feminina no Futsal escolar é essencial para desconstruir preconceitos e fomentar uma cultura esportiva mais inclusiva. A participação ativa das meninas serve como inspiração para outras jovens, demonstrando que o talento e a dedicação superam as barreiras impostas pelo gênero (GONÇALVES, 2019).

Oferecer igualdade de oportunidades no Futsal escolar contribui para o desenvolvimento integral das meninas, permitindo que explorem seu potencial atlético e sejam valorizadas como

atletas. Além disso, a prática do esporte em equipes mistas fortalece o respeito e a equidade de gênero desde cedo (MASCARIN, 2017).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise histórica sobre a proibição do Futebol feminino no período militar e seus impactos na oferta do Futsal no ambiente escolar evidencia as profundas barreiras estruturais e culturais enfrentadas pelas mulheres na prática esportiva. A proibição formal imposta pelo governo brasileiro entre 1941 e 1979 impactou diretamente o desenvolvimento da modalidade, gerando um atraso significativo na inserção feminina no esporte. Embora a revogação tenha permitido avanços, os resquícios da discriminação ainda se fazem presentes na sociedade, dificultando a profissionalização e a massificação do Futsal feminino.

Atualmente, observa-se uma crescente valorização do Futsal feminino, impulsionada por iniciativas governamentais e por organizações internacionais, como a FIFA e a CBF, que buscam ampliar a participação das mulheres no esporte. No entanto, os desafios persistem, especialmente no ambiente escolar, onde a oferta de espaços e incentivos para meninas ainda é inferior ao dos meninos.

A Educação Física escolar desempenha um papel essencial na desconstrução de estereótipos e na promoção da equidade de gênero no esporte. Para que a inserção do Futsal feminino seja efetiva e sustentável, é necessário que as instituições educacionais e políticas públicas incentivem a prática esportiva feminina desde a base, garantindo infraestrutura adequada, treinamento especializado e um ambiente inclusivo.

No futuro, espera-se que as barreiras históricas sejam progressivamente superadas e que o Futsal feminino tenha um crescimento expressivo tanto no âmbito escolar quanto profissional. A realização da primeira Copa do Mundo FIFA de Futsal Feminino em 2025 é um passo importante nesse sentido e pode se tornar um marco para novas conquistas.

Portanto, este estudo reafirma a importância da revisão histórica para compreender os desafios e avanços do Futsal feminino no Brasil. Ele também ressalta a necessidade de ações concretas que garantam um ambiente igualitário para a prática esportiva das mulheres, permitindo que o Futsal feminino prospere de maneira estruturada e perene.

7. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, C.; PISANI, M. Carreiras e profissionalismo de futebolistas brasileiras após a regulamentação do Futebol Feminino no Brasil. Labrys, études féministes. 2015.

ALVES, I. S.; KAWASHIMA, L. B.; GODOI, M. R. Tematizando o futsal nas aulas de educação física no ensino médio integrado. **Revista de Iniciação à Docência**, 9, n. 1, p. e-14887, 14881-14818, 10/09 2024.

AZEVEDO DE ALENCAR, A.; SANTOS DA SILVA, A.; JOSÉ DA SILVA NETO, E.; SOUTO MONTEIRO, M. *et al.* As seleções brasileiras de futebol feminino e empoderamento das mulheres. **Revista Ensino, Saúde e Biotecnologia da Amazônia**, 2, n. esp., p. 60-65, 10/26 2020.

BARROS, L. Baú da Política: o futebol feminino já foi proibido no Brasil e a política tem tudo a ver com isso. Diário do Nordeste 2023.

BATISTA, G.; JUNIOR, L. G. A Educação Física escolar no período da ditadura militar: análise de depoimentos de ex-alunos da cidade de Brotas/SP. III Seminário de Estudos em Educação Física Escolar, 2010, São Carlos. Anais. 2010.

BELTRAMI, D. M. **A educação física na política educacional do Brasil pós-64**. 1 ed. Maringá/PR: Eduem., 2006. 146 p. 85-7628-012-04.

BRASIL. DECRETO-LEI nº 3.199 - DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS. MINISTERIO DA EDUCAÇÃO E SAUDE , C. N. D. D. C. BRASÍLIA - DF: DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO 1941.

BRASIL. Parâmetros curriculares nacionais: Introdução aos parâmetros curriculares nacionais. FUNDAMENTAL, S. D. E. 1997.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). EDUCAÇÃO, S. D.

<http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/base-nacional-comum-curricular-bncc-2017>.

BRASIL. Futebol feminino ainda é predominantemente amador no Brasil. 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/esportes/noticia/2023-08/futebol-feminino-ainda-e-predominantemente-amador-no-brasil>.

BRAUN, J. Futebol feminino: os pretextos usados para proibir prática no Brasil e no exterior., 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cw4gjkxlrldko>.

BROCH, M. Histórico do futebol feminino no Brasil: considerações acerca da desigualdade de gênero. Belo Horizonte: Temporalidades. 13 2021.

BUSSO, G. L.; DAOLIO, J. O jogo de futebol no contexto escolar e extraescolar: encontro, confronto e atualização. 2011.

CAMPOS, C. G.; MUNIZ, L. A.; BELO, V. S.; ROMANO, M. C. C. et al. Conhecimento de adolescentes acerca dos benefícios do exercício físico para a saúde mental. *Ciência & Saúde Coletiva*, 24, 2019.

CARDOSO, J. P. As oportunidades da prática do futsal e futebol feminino no ambiente escolar. 2020.

CARVALHO, T. F. D.; SOUZA NETO, S. D. A análise de práticas no campo da Educação Física escolar. *Pensar a Prática*, 22, 08/16 2019.

CASTELLANI FILHO, L. EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL: A HISTÓRIA QUE NÃO SE CONTA. Orientador: RIBEIRO, M. L. S. 1988. (MESTRADO EM FILOSOFIA E HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO) -, PAPIROS EDITORA, SÃO PAULO/SP.

CBFS. CBFS celebra 45 anos de história e conquistas no futsal brasileiro. 2024. Disponível em: https://cbfs.com.br/site/noticia_det.asp?cod=3589.

CHAVES, L. Futsal abre portas e fomenta o futebol de meninas e mulheres no Brasil. 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/esportes/noticia/2023-08/futsal-abre-portas-e-fomenta-o-futebol-de-meninas-e-mulheres-no-brasil>.

CONMEBOL. **CONMEBOL Copa América Futsal Feminina 2025™: Sorteio dos Grupos**. 2024. Disponível em: <https://copaamerica.com/pt/noticias/copa-america-futsal-feminina-sorteio-grupos-2025>.

COSTA, R. L. D. Futsal feminino: a Educação Física escolar contribui para a escolha da modalidade como prática? 2019.

CRUZ, M. M. S.; PALMEIRA, F. C. C. Construção de Identidade de Gênero na Educação Física Escolar. Rio Claro - SP: Revista Motriz. 15: 116-131 p. 2009.

DE ARAÚJO, S. F.; FURTADO, A. C. Educação Física brasileira no governo militar nas décadas de 1960 e 1970. **Motrivivência**, 31, n. 60, p. 01-18, 09/24 2019.

DILASCIO, F. **Fifa anuncia 1ª Copa do Mundo de Futsal Feminino em 2025**. RIO DE JANEIRO/RJ, 2023. Disponível em: <https://ge.globo.com/futsal/blogs/mundo-do-futsal/post/2023/10/04/fifa-anuncia-1a-copa-do-mundo-de-futsal-feminino-em-2025.ghtml>.

DORSA, A. C. **O papel da revisão da literatura na escrita de artigos científicos**. Campo Grande: Interações, 2020. 681-683 p.

ESPN. **CBF cria mecanismos para regulamentação de futebol misto no Brasil**, 2023. Disponível em: https://www.espn.com.br/futebol/brasileirao/artigo/_/id/11728817/cbf-cria-mecanismo-regulamentacao-futebol-misto-brasil.

ESPORTE, M. D. Diagnóstico Nacional do Esporte - DIESPORTE. ESPORTE, M. D. 2015.

FA, F. A. **THE HISTORY OF THE FA**. 2024. Disponível em: <https://www.thefa.com/about-football-association/who-we-are/history>.

FELIPE, D. D. A. A influência do sexismo na prática de futsal: o futsal feminino no ambiente escolar. 2020.

FELIX, I. D. F. D. C. O esporte no contexto escolar: uma revisão bibliográfica sobre a prática de futsal feminino nas escolas do Ceará. 2020.

FERREIRA, B. N. D. S.; LEMOS, M. O conteúdo de futebol e futsal é um tabu para os alunos do gênero feminino na educação física escolar? 2021.

FERREIRA, D. D. S. O futsal feminino no país do futebol: a visão dos professores e das alunas sobre questões de gênero na prática do futsal durante as aulas de educação física. 2022.

FERREIRA, M.; NUNES, M. L. F. A EDUCAÇÃO FÍSICA NAS DIRETRIZES CURRICULARES PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL DE CAMPINAS. **Educação em Foco**, 27, n. 1, p. 27056, 12/28 2022.

FIFA. **FIFA Futsal Women's World Ranking**. 2024. Disponível em: <https://inside.fifa.com/fifa-rankings/futsal-world-ranking>.

FRAGA, A. B. Corpo, identidade e bom-mocismo: cotidiano de uma adolescência bem-comportada. 2000.

FURLAN, C. C.; SANTOS, P. L. D. Futebol feminino e as barreiras do sexismo nas escolas: reflexões acerca da invisibilidade. **Motrivivência**, 0, n. 30, p. 28-43, 12/11 2009.

GLOBOESPORTE. **Clubes precisarão manter equipes femininas para jogar Libertadores**. ASSUNÇÃO, 2016. Disponível em: <https://ge.globo.com/futebol/libertadores/noticia/2016/09/clubes-terao-que-ter-times-femininos-partir-de-2019-para-jogar-libertadores.html>.

GLOBOESPORTE. **FIFA lança estratégia global para desenvolvimento do futebol feminino**. FUTEBOL FEMININO, GLOBOESPORTE.COM, 2018. Disponível em: <https://ge.globo.com/futebol/futebol-feminino/noticia/fifa-lanca-estrategia-global-para-desenvolvimento-do-futebol-feminino.ghtml>.

GOELLNER, S. V. Mulheres e Futebol no Brasil: entre sombras e visibilidades. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*. 19: 143-151 p. 2005.

GOELLNER, S. V. MULHERES E FUTEBOL NO BRASIL: DESCONTINUIDADES, RESISTÊNCIAS E RESILIÊNCIAS. **Movimento**, 27, n. 0, p. e27001, 01/18 2021.

GOMES, G. V.; SOUZA, M. D. S. Formação de professores em Educação Física pós-BNCC. **Germinal: marxismo e educação em debate**, 13, n. 2, p. 858-873, 09/17 2021.

GOMES, L. D. C.; MARCHI JÚNIOR, W. Os primórdios do futebol feminino no Brasil: uma

agenda das causas feministas. **Revista Estudos Feministas**, 32, 2024.

GONÇALVES, A. D. N. Perspectivas e dificuldades encontradas pelas atletas de futsal feminino nas escolas estaduais de ensino médio da cidade de Juazeiro do Norte - CE. 2019.

IFAB, T. I. F. A. B. **THE IFAB BACKGROUND**. 2024. Disponível em: <https://www.theifab.com/background/>.

JUNIOR, A. A. L. GÊNERO & EDUCAÇÃO FÍSICA: tornando visíveis fronteiras e outras formas de reconhecimento. 2002.

JUNIOR, O. M. D. S.; DARIDO, S. C. A prática do futebol feminino no Ensino Fundamental. 2002.

LANZ, J. **Ineditismos marcaram a Copa do Mundo Feminina dentro e fora do campo**. BRASIL, 2023. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/ineditismos-marcaram-a-copa-do-mundo-feminina-dentro-e-fora-do-campo/>.

LISBOA, F. **Programas do governo federal e da CBF fortalecem o futebol feminino**. 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/esportes/noticia/2023-04/programas-do-governo-federal-e-da-cbf-fortalecem-o-futebol-feminino-0>.

LUNA, S. V. D. (ed.). **PLANEJAMENTO DE PESQUISA: UMA INTRODUÇÃO**. 2 ed. São Paulo/SP: EDUC - Editora da PUC/SP, 1997. 108 p. (Trilhas.

MACAGNAN, L. D. G.; BETTI, M. Futebol: representações e práticas de escolares do ensino fundamental. *PEDAGÓGICA E COMPORTAMENTAL* • Rev Bras Educ Fís Esporte 28 (2) 2014.

MACHADO, A. A. A ansiedade em atletas jovens: um estudo de caso. São Paulo: Anais São Paulo 2001.

MARTINS, L. M.; BACURAU, A. E. D. S.; JARDIM, P. P.; NETO, J. D. C. S. *et al.* O futsal feminino em escolas públicas e privadas de ensino médio da cidade de Crato-CE. 2016.

MARTINS, M. Z.; MEDEIROS, D. C. C. D.; REIS, H. H. B. D.; CASTELLANI, R. M. *et al.* Futsal feminino: indicadores do ambiente de formação de atletas da seleção brasileira.

Motrivivência, 33, 2021.

MASCARIN, R. B., FLÁVIA VOLTA CORTES DEMARQUES, RENATO FRANCISCO RODRIGUES. Feminilidade e preconceito de gênero no futsal: uma perspectiva de atletas brasileiras. Lisboa: Fluxos & Riscos. 2: 83-96 p. 2017.

MELO, V. A. D. Mulheres em movimento: a presença feminina nos primórdios do esporte na cidade do Rio de Janeiro (até 1910). **Revista Brasileira de História**, 27, 2007.

MOREIRA, W. REVISÃO DE LITERATURA E DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO: CONCEITOS E ESTRATÉGIAS PARA CONFECÇÃO. **JANUS**, 1, n. 1, p. 20-30, 2004.

NETTO, J. P. **Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985)**. Cortez, 2014. 85249227889788524922787.

NORONHA, D. P.; FERREIRA, S. M. S. P. Revisões de literatura. *In*: UFMG, 2000.

OLIVEIRA, C. S. D. Mulheres em quadra: o futsal feminino fora do armário. 2008.

PEREIRA, A. P. **AS TECNOLOGIAS DIGITAIS COMO FONTES DE MOTIVAÇÃO NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA**. Orientador: PEREIRA, P. D. R. S. 2016. 31 f. (ESPECIALISTA EM EDUCAÇÃO NA CULTURA DIGITAL) -, UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, FLORIANÓPOLIS/SC. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/169818>.

PEREIRA, C. M. E. S.; ANTUNES, A. C. TRAJETÓRIA DO FUTSAL FEMININO NO BRASIL: UM CAMINHO REPLETO DE OBSTÁCULOS. *In*: Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), 2017, Florianópolis/SC. Disponível em: https://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499195391_ARQUIVO_Fazendogenerofinal.pdf.

PEREIRA, S. A. M.; MOURÃO, L. Identificações de gênero: jogando e brincando em universos divididos. 2005.

PRADO, V. M. D.; RIBEIRO, A. I. M. Gêneros, sexualidades e Educação Física escolar: um início de conversa. 2010.

RAMOS, T. R. O. Da Importância de uma revisão historiográfica. **Travessia**, 2, n. 4, 1982.

REI, B. D.; LÜDORF, S. M. A. Educação física escolar e ditadura militar no Brasil (1964-1985): balanço histórico e novas perspectivas. **Revista da Educação Física / UEM**, 23, 2012.

RIBEIRO, R. R. Futebol de mulheres em tempos de proibição: o caso das partidas Vespasiano x Oficina (1968). 2018.

SANTANA, W. C.; REIS, H. H. B. FUTSAL FEMININO: PERFIL E IMPLICAÇÕES PEDAGÓGICAS. REVISTA BRASILEIRA DE CIENCIA E MOVIMENTO. Brasília. 11 2003.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Gender: a useful category of historical analyses. Columbia University Press 1989.

SILVA, A. L. D. S.; NAZÁRIO, P. A. Mulheres atletas de futsal: estratégias de resistência e permanência no esporte. **Revista Estudos Feministas**, 26, n. 1, 04/24 2018.

SILVA, E.; MOREIRA, E. O panorama brasileiro das pesquisas sobre o futebol de mulheres (2013-2021). **Retos**, 60, p. 1102-1109, 09/25 2024.

SILVA, G. C. E. Narrativas sobre o futebol feminino na imprensa paulista: entre a proibição e a regulamentação (1965-1983). 2015.

SILVA, M. F. G. D. UM ESTUDO DOS ARTIGOS CIENTIFICOS NACIONAIS DE FUTSAL E FUTEBOL FEMININOS. *In*: VIII Congresso Abrapesp de Psicologia do Esporte, 2021, Even3, DOI: 10.29327/154015.1-2. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/abrapesp2021/398301-um-estudo-dos-artigos-cientificos-nacionais-de-futsal-e-futebol-femininos>.

SÁ, J. **Decreto-lei que proibiu a prática do futebol feminino completa 80 anos**. Globo.com, 2021. Disponível em: <https://ge.globo.com/futebol/futebol-feminino/noticia/decreto-lei-de-proibicao-da-pratica-do-futebol-por-mulheres-completa-80-anos.ghtml>.

VAGO, T. M. Início e fim do século XX: maneiras de fazer educação física na escola. **Cadernos CEDES**, 19, 1999.

VIDAL, E. I. D. O.; FUKUSHIMA, F. B. A arte e a ciência de escrever um artigo científico de revisão. **Cadernos de Saúde Pública**, 37, 2021.

WESTIN, R. **Futebol feminino já foi proibido no Brasil, e CPI pediu legalização**. Senado Federal, 2023. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivos/futebol-feminino-ja-foi-proibido-no-brasil-e-cpi-pediu-legalizacao>.